Processo TC 004.648/2015-3 (com 10 peças)
Tomada de Contas Especial

Excelentíssimo Senhor Ministro-Relator,

Após análise dos elementos constantes nos autos, a Secex/MA pronunciou-se, em pareceres uniformes, no sentido de (peças 8 a 10):

“a) declarar a revelia do sr. Osman Fonseca dos Santos, CPF 158.229.153-53, ex-prefeito do Município de Lagoa Grande do Maranhão (MA), no período de 2001-2004 e 2005-2008, com fundamento no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

b) julgar irregulares, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea ‘a’, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19, *caput*, e 23, inciso III, da mesma Lei, e com os arts. 1º, inciso I, 209, inciso I, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, as contas do sr. Osman Fonseca dos Santos, CPF 158.229.153-53, ex-prefeito, e condená-lo ao pagamento das quantias abaixo relacionadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea ‘a’, do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas ali discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

b.1) Responsável: sr. Osman Fonseca dos Santos, CPF 158.229.153-53, ex-prefeito do Município de Lagoa Grande do Maranhão (MA), no período de 2001-2004 e 2005-2008;

b.2) Quantificação do débito

DATA OCORRÊNCIA	DA	VALOR ORIGINAL (R\$)
28/8/2008		41.678,60
19/9/2008		12.499,20
27/9/2008		18.000,00
22/10/2008		4.479,40

Valor atualizado até 4/2/2016: R\$ 171.757,64

c) aplicar ao sr. Osman Fonseca dos Santos, CPF 158.229.153-53, ex-prefeito do Município de Lagoa Grande do Maranhão (MA), a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea ‘a’, do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional,

atualizada monetariamente desde a data do acórdão que vier a ser proferido até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

d) autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

e) encaminhar cópia do acórdão a ser proferido, acompanhado do relatório e do voto, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado Maranhão, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992.”

II

Com as devidas vêniãs, o Ministério Público de Contas dissente da proposição da Secex/MA, por entender necessária a promoção de novo chamamento aos autos do responsável.

O presente processo trata de tomada de contas especial, de responsabilidade do sr. Osman Fonseca dos Santos, ex-prefeito do Município de Lagoa Grande do Maranhão (MA), instaurada em virtude da omissão no dever de prestar dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE-MEC), na modalidade fundo a fundo, à conta do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), no exercício de 2008, objetivando à cobertura de despesas de custeio, manutenção e de pequenos investimentos, que concorram para a garantia do funcionamento e da melhoria de infraestrutura física e pedagógica dos estabelecimentos de ensino (Resolução CD/FNDE 19/2008).

Os recursos financeiros para a execução do PDDE, no valor total de R\$ 76.657,20, foram liberados por meio das seguintes ordens bancárias (Informação 268/2014-Direc/COTCE/CGCAP/Difin/FNDE, peça 1, p. 5):

ORDEM BANCÁRIA	VALOR (R\$)	DATA
2008OB510953	41.678,60	28/8/2008
2008OB513267	12.499,20	19/9/2008
2008OB514131	18.000,00	27/9/2008
2008OB519455	4.479,40	22/10/2008
Total	76.657,20	

Foi realizada a citação do responsável, pela integralidade dos recursos transferidos, conforme peças 6 e 7. Ocorre que, embora o endereço do ex-alcaide, constante na Base de Dados da Receita Federal seja Rua 13 de Maio 15 (peça 3), o ofício citatório foi encaminhado para o endereço Rua 13 de Maio 5 (peças 6 e 7).

Sendo assim, e considerando que o AR não foi assinado pelo ex-prefeito e que este foi revel, não há como assegurar que este tenha sido efetivamente cientificado do feito, afigurando-se mais prudente promover nova citação do responsável, nesta feita, para o endereço correto, sob pena de eventual arguição de nulidade, ante a ofensa aos princípios da ampla defesa e do contraditório.

Destarte, cabe restituir os autos à unidade técnica, para que promova nova citação do sr. Osman Fonseca dos Santos, a ser encaminhada ao endereço correto, constante na Base de Dados da Receita Federal (peça 3).

III

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS JUNTO AO TCU
Gabinete do Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

Ante o exposto, manifesta-se o Ministério Público de Contas, em preliminar, pela restituição dos autos à Secex/MA, para que promova nova citação do sr. Osman Fonseca dos Santos, a qual deve ser encaminhada, nesta feita, para o exato e correto endereço constante na Base de Dados CPF (peça 3).

Caso Vossa Excelência não entenda pertinente a preliminar ora suscitada, manifesta-se o Ministério Público de Contas, em atenção ao art. 62, § 2º, do Regimento Interno/TCU, de acordo com a proposta da Secex/MA (peças 8 a 10).

Brasília, 22 fevereiro de 2016.

Júlio Marcelo de Oliveira
Procurador